



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-  
RIO-GRANDENSE  
CÂMPUS SAPIRANGA  
PROCESSO ELEITORAL**



**REGULAMENTO DO PROCESSO DE ESCOLHA DO DIRETOR-GERAL DO CÂMPUS  
SAPIRANGA DO INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE PARA O PERÍODO  
2018/2021**

**TÍTULO I  
Do processo eleitoral**

Art. 1º – O presente Regulamento tem por objetivo normatizar os procedimentos do processo eleitoral para escolha do Diretor-Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IF Sul, Câmpus Sapiiranga, de acordo com a Portaria nº 1808/2018.

Art. 2º – O processo eleitoral de que trata o artigo anterior dar-se-á através de votação secreta e uninominal, da qual participarão os servidores que compõem o Quadro de Pessoal Ativo e Permanente do Câmpus Sapiiranga, regidos pelo RJU, bem como os alunos regularmente matriculados na Coordenadoria de Registros Acadêmicos.

Art. 3º – O processo de consulta à comunidade escolar para a eleição do Diretor-Geral do Câmpus Sapiiranga compreende: a constituição de uma comissão eleitoral, a inscrição dos candidatos, a fiscalização, a votação, a apuração, a divulgação e a comunicação formal do resultado do pleito ao Conselho Superior.

Art. 4º – A comissão eleitoral deliberará e decidirá, com autonomia plena, em todas as questões relativas ao processo eleitoral.

**TÍTULO II  
Da comissão eleitoral do Câmpus Sapiiranga**

Art. 5º – A comissão eleitoral será composta por nove membros titulares: três docentes, três técnico-administrativos e três discentes eleitos por seus pares, além de um suplente para cada um destes segmentos, e constituída através de Portaria do magnífico reitor.

Parágrafo único – Os representantes do corpo discente, em qualquer das comissões eleitorais deverão ter, no mínimo, dezesseis anos completos.

Art. 6º – Em sua primeira reunião, a comissão eleitoral escolherá, dentre seus membros, o presidente, o vice-presidente e o secretário.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-  
RIO-GRANDENSE  
CÂMPUS SAPIRANGA  
PROCESSO ELEITORAL**



Art. 7º – As decisões da comissão eleitoral, sobre quaisquer questões relativas ao referido processo, serão tomadas por um quórum mínimo de um representante titular de cada segmento.

Art. 8º – Caberá à direção geral do Câmpus Sapiiranga disponibilizar à comissão eleitoral todos os meios necessários para a completa operacionalização do processo de consulta à comunidade escolar.

Art. 9º – No exercício de suas atribuições, a comissão eleitoral deverá:

I – elaborar as normas, disciplinar os procedimentos de inscrição dos candidatos e de votação, e definir o cronograma (Anexo I) para a realização dos processos de consultas;

II – coordenar o processo para o cargo de Diretor-Geral do Câmpus e deliberar sobre os recursos interpostos;

III – homologar as inscrições deferidas e publicar a lista dos eleitores votantes;

IV – supervisionar as ações de divulgação de cada candidatura;

V – providenciar o apoio necessário à realização do processo de consulta;

VI – credenciar fiscais para atuar no decorrer do processo de consulta;

VII – publicar e encaminhar os resultados da votação ao Conselho Superior; e

VIII – decidir sobre os casos omissos.

### **TÍTULO III**

#### **Dos candidatos e das inscrições**

Art. 10 – Poderão candidatar-se ao cargo de Diretor-Geral do Câmpus, conforme disposto na Lei 11892/2008, os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e que se enquadrem em pelo menos uma das seguintes situações:

I – Preencher os requisitos exigidos para a candidatura de Reitor do Instituto Federal Sul-rio-grandense;

II – possuir o mínimo de 02 (dois) anos de exercício em cargo ou função de gestão na instituição; ou



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-**  
**RIO-GRANDENSE**  
**CÂMPUS SAPIRANGA**  
**PROCESSO ELEITORAL**



III – ter, concluído, com aproveitamento, curso de formação para o exercício de cargo ou função de gestão em instituições da administração pública.

§ 1º – O candidato deverá apresentar, no ato da inscrição os seguintes documentos:

- a) ficha de inscrição de candidato a Diretor-Geral do Câmpus Sapiranga;
- b) atestado de vínculo, expedido pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP);
- c) cópia autenticada de pelo menos um dos seguintes documentos: título de doutor, comprovante de posicionamento nas classes IV ou titular do Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico; comprovante de exercício em cargo ou função de gestão na instituição; ou certificado de curso de formação para o exercício de cargo ou função de gestão em instituições da administração pública.

§ 2º – O atestado de vínculo previsto no §1º poderá ser solicitado à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) através de formulário próprio disponível no sítio eletrônico do IF Sul, seção de Gestão de Pessoas;

§ 3º – Poderá ser apresentado, para fins de comprovação do requisito apontado na alínea (b), protocolo de solicitação do referido documento, comprometendo-se o candidato a entregar o documento à COE até o prazo máximo de 27/08/2018.

§ 4º – Na impossibilidade do comparecimento do candidato para realização da inscrição, poderá ser feita por meio de procuração, registrada em cartório.

Art. 11 – As inscrições dos candidatos para o cargo de Diretor-Geral do Câmpus Sapiranga poderão ser efetuadas no próprio Câmpus, no hall de entrada do prédio administrativo, nos seguintes dias e horários: 24/7 das 12h15min às 13h30min; 25/7 das 13h30min às 16h45min; 26/7 das 12h15min às 13h30min; 27/7 das 12h15min às 13h30min; e 30/7 das 12h15min às 13h30min.

Art. 12 – As inscrições serão feitas em formulário próprio (Anexo II), fornecido pela Comissão Eleitoral, o qual deverá ser assinado pelo candidato ao cargo de Diretor-Geral.

§ 1º – No ato da entrega do formulário, preenchido e assinado pelo candidato, será fornecido pela Comissão Eleitoral comprovante com data e horário da inscrição.

§ 2º – No formulário (Anexo II), o candidato declarará ter conhecimento e estar de acordo com as normas constantes deste Regulamento.

#### **TÍTULO IV** **Da consulta à comunidade**

Art. 13 – A classificação dos candidatos concorrentes, após consulta à comunidade do respectivo Câmpus, dar-se-á de acordo com o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente.

§ 1º – O percentual de votação final de cada candidato será obtido pela média ponderada dos percentuais alcançados em cada segmento.

§ 2º – Para o cálculo do percentual obtido pelo candidato em cada segmento, será considerada a razão entre a votação obtida pelo candidato no segmento e o quantitativo total dos eleitores do segmento aptos a votar.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-**  
**RIO-GRANDENSE**  
**CÂMPUS SAPIRANGA**  
**PROCESSO ELEITORAL**



§ 3º - O percentual total da votação de cada candidato é determinado por  $(100/3)(i_A/u_A + i_B/u_B + i_C/u_C)$ , onde  $i_A$  é a votação do i-éssimo candidato na categoria A (docentes),  $i_B$  é a votação do i-éssimo candidato na categoria B (técnico-administrativos),  $i_C$  é a votação do i-éssimo candidato na categoria C (discentes),  $u_A$  é o número de eleitores aptos a votar na categoria A,  $u_B$  é o número de eleitores aptos a votar na categoria B e  $u_C$  é o número de eleitores aptos a votar na categoria C.

Art. 14 – Será considerado eleito o candidato a Diretor-Geral que obtiver índice percentual de votação superior a 50% (cinquenta por cento) do universo dos votos válidos, não computados os brancos, nulos e abstenções.

Art. 15 – Se nenhum candidato alcançar a maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em segundo turno, concorrendo os dois candidatos mais votados, e considerando-se eleito o que obtiver a maioria absoluta dos votos válidos.

Parágrafo Único – Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

Art. 16 – Em caso de um único candidato inscrito, a comissão eleitoral homologará a candidatura deste e encaminhará o seu nome ao Conselho Superior, encerrando o processo eleitoral.

## **TÍTULO V**

### **Dos eleitores**

Art. 17 – São eleitores:

I – servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal Ativo Permanente, lotados no Câmpus Sapiiranga, regidos pelo RJU;

II – alunos regularmente matriculados na Coordenadoria dos Registros Acadêmicos do Câmpus Sapiiranga até o dia 24 de julho de 2018.

Art. 18 – Não poderão participar do processo de consulta:

I – funcionários contratados por empresas de terceirização de serviços;

II – ocupantes de cargo de direção sem vínculo permanente com o Câmpus Sapiiranga;

III – servidores lotados na reitoria e pró-reitorias;

IV – professores substitutos, contratados com fundamento na Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-**  
**RIO-GRANDENSE**  
**CÂMPUS SAPIRANGA**  
**PROCESSO ELEITORAL**



V – alunos cujas matrículas não tenham sido efetivadas na Coordenação de Registros Acadêmicos (CORAC) do Câmpus Sapiranga, até dia 24 de julho de 2018.

Art. 19 – Cada eleitor terá direito apenas a um voto.

Parágrafo Único – O eleitor que pertencer a mais de um segmento votará naquele com menor número de eleitores.

Art. 20 – No ato da votação, todos os eleitores deverão apresentar um documento oficial de identificação com foto e assinar a lista nominal de votação.

**TÍTULO VI**  
**Da Campanha Eleitoral**

Art. 21 – A comissão eleitoral, no uso de suas legítimas atribuições, disponibilizará e regulamentará espaço específico aos candidatos para sua livre manifestação em igualdade de condições.

§ 1º – Atendendo às necessidades dos eleitores, a comissão eleitoral determinará que todos os candidatos, em igualdade de condições, apresentem os seus programas para o eleitorado, demonstrando os seus conhecimentos e a sua capacidade administrativa em horários previamente escolhidos, em que os candidatos debaterão de acordo com a determinação e a coordenação da comissão eleitoral.

§ 2º – É vedado aos ocupantes de cargos de direção, chefia, assessoramento, função gratificada, ou aos participantes de órgãos de deliberação coletiva, no uso de suas funções, beneficiar ou prejudicar qualquer candidato e/ou eleitor.

Art. 22 – É proibido, durante a campanha eleitoral, sob qualquer pretexto:

I – afixação de cartazes e distribuição de textos contendo expressões, alusões, desenhos ou frases ofensivas à honra e/ou à dignidade pessoal ou funcional de qualquer membro da comunidade escolar;

II – interrupção dos trabalhos didáticos, científicos e administrativos do Câmpus Sapiranga, salvo os momentos programados pela comissão eleitoral;

III – utilização, direta ou indireta, de recursos financeiros, materiais ou patrimoniais do Câmpus Sapiranga para cobertura da campanha eleitoral, sob pena de cancelamento da inscrição da candidatura, ficando ressalvadas as promoções de iniciativa da comissão eleitoral, garantida a igualdade de oportunidade a todos os candidatos;

IV – comprometimento da estética e limpeza dos prédios, especialmente pichações em prédios do Câmpus Sapiranga e arredores;

V – incitação a qualquer movimento que perturbe a prática das atividades do Câmpus, inclusive fazer campanhas eleitorais que estejam fora das programações da comissão eleitoral.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-**  
**RIO-GRANDENSE**  
**CÂMPUS SAPIRANGA**  
**PROCESSO ELEITORAL**



Art. 23 – As denúncias devidamente fundamentadas, referentes a irregularidades cometidas durante a campanha e a eleição, serão apuradas pela comissão eleitoral.  
Parágrafo Único – Verificada a procedência da denúncia, a comissão eleitoral poderá decidir pela advertência reservada, pela advertência pública ou pelo cancelamento da inscrição do candidato responsável pela infração.

Art. 24 – A campanha eleitoral poderá ser realizada somente após a homologação das candidaturas, da 0 hora do dia 03 de agosto de 2018 até às 23 horas e 59 minutos do dia 13 de agosto de 2018, e, em caso de segundo turno, da 0 hora do dia 20 de agosto de 2018 até às 23 horas e 59 minutos do dia 21 de agosto de 2018.

**TÍTULO VII**  
**Da Votação**

Art. 25 – A votação será facultativa e uninominal, terá início às 9 horas e será encerrada às 21 horas e 30 minutos do dia 15 de agosto e, em caso de segundo turno, no dia 22 de agosto de 2018, terá início às 9 horas e será encerrada às 21 horas e 30 minutos, no Câmpus Sapiiranga.

§ 1º – A votação será efetuada em cédula única.

§ 2º – O eleitor que estiver na fila de votação no horário determinado para o seu encerramento receberá uma senha que lhe garantirá o exercício do direito de votar.

Art. 26 – A votação será realizada em seções eleitorais.

§ 1º – Servidores docentes e técnico-administrativos votarão na mesma seção eleitoral;

§ 2º – O número de seções para o corpo discente dependerá do número de votantes;

§ 3º – Haverá na seção eleitoral, na qual o eleitor está habilitado para votar uma lista com os respectivos nomes, o qual deverá assinar ao votar.

Art. 27 – A relação nominal dos alunos regularmente matriculados e a dos servidores que compõem o quadro de pessoal ativo do Câmpus Sapiiranga será fornecida pela Coordenadoria dos Registros Acadêmicos e pelo Departamento de Gestão de Pessoas, atualizada e referendada pelos respectivos Diretores.

Art. 28 – A sequência dos candidatos, na cédula e o respectivo número do candidato, obedecerão à ordem de inscrição da candidatura.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-  
RIO-GRANDENSE  
CÂMPUS SAPIRANGA  
PROCESSO ELEITORAL**



§ 2º – Se houver segundo turno, a apresentação dos candidatos na cédula será mantida na mesma sequência;

§ 3º – Na ficha de inscrição, os candidatos definirão o nome com o qual desejam ser identificados na cédula;

Art. 29 – As cédulas serão distribuídas às seções eleitorais pela comissão eleitoral, juntamente com o restante do material que compõe o processo eleitoral, nos termos do artigo 30 deste Regulamento, no dia da eleição às 8:30 horas.

§ 1º – O número de cédulas a ser distribuído para cada seção eleitoral corresponderá ao número total de eleitores constantes na lista nominal de votação.

§ 2º – As cédulas rasuradas ou não utilizadas pela seção eleitoral serão devolvidas à comissão eleitoral após o encerramento dos trabalhos.

Art. 30 – O material a ser utilizado pelos mesários consistirá de:

- a) urna;
- b) cédulas eleitorais;
- c) papel e caneta;
- d) modelo de ata;
- e) regulamento da eleição;
- f) lista nominal de votação;
- g) cabine.

Art. 31 – Após o encerramento da votação, as urnas serão lacradas e rubricadas pelos mesários, podendo convidar os candidatos e fiscais que estiverem presentes para também rubricarem se assim o desejarem, lavrando-se em seguida a respectiva ata.

Parágrafo Único– As urnas, atas e o material utilizado nas seções eleitorais serão entregues ao representante da comissão eleitoral, responsável pela eleição local.

Art. 32 – É vedado o voto por procuração, por correspondência ou em seção para a qual não foi habilitado(a).





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-**  
**RIO-GRANDENSE**  
**CÂMPUS SAPIRANGA**  
**PROCESSO ELEITORAL**



Art. 33 – Os candidatos, seus cônjuges ou companheiros e parentes até o segundo grau consanguíneo ou afim, não poderão compor ou auxiliar a comissão eleitoral.

Art. 34 – Não será permitida a “boca de urna”, ficando o candidato submetido às punições previstas no parágrafo único do artigo 23.

Art. 35 – O sigilo do voto será assegurado:

I – pelo isolamento do eleitor em cabine indevassável;

II – pelo emprego de urnas receptoras de cédulas que serão deslacradas no início e lacradas ao término da votação, pelos presidentes das seções eleitorais à vista dos mesários e de, pelo menos, um fiscal, ou na falta deste, de um eleitor que esteja no local da votação.

**TÍTULO VIII**  
**Das Seções Eleitorais**

Art. 36 – A comissão eleitoral determinará o local de cada seção eleitoral, atribuindo a cada uma um número.

Art. 37 – Em cada seção eleitoral haverá uma mesa receptora de votos, composta por 03 (três) mesários, credenciados pela comissão eleitoral.

Art. 38 – O credenciamento dos mesários, em cada seção eleitoral, contemplará os segmentos dos servidores docentes e técnico-administrativos e do corpo discente do Câmpus Sapiiranga.

Art. 39 – Se necessário, os mesários deverão se organizar em turnos de trabalho, devendo permanecer na seção pelo menos 01 (um) em cada turno.

Art. 40 – A comissão eleitoral indicará, dentre os mesários, o presidente, o vice-presidente e o secretário.

§ 1º – Competirá ao presidente;





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-**  
**RIO-GRANDENSE**  
**CÂMPUS SAPIRANGA**  
**PROCESSO ELEITORAL**



I – coordenar e encaminhar os trabalhos, observando o cumprimento do presente Regulamento;

II – deliberar sobre situações imediatas, ocorridas durante o pleito, ouvidos os demais mesários presentes sem ferir o presente regulamento.

§ 2º – Competirá ao vice-presidente substituir o presidente quando da sua ausência ou impedimento.

§ 3º – Competirá ao secretário redigir as atas e demais documentos relacionados ao expediente característico do processo eleitoral.

Art. 41 – As cédulas de votação serão rubricadas por 01 (um) mesário.

Art. 42 – Será de responsabilidade dos mesários garantir a lisura da votação, recorrendo, se, necessário aos representantes locais da comissão eleitoral.

**TÍTULO IX**  
**Dos Fiscais**

Art. 43 – Cada candidato poderá indicar, por escrito, à comissão eleitoral até 03 (três) fiscais para cada seção de votação e 01 (um) fiscal para a apuração em cada local de apuração, além do próprio candidato..

Art. 44 – A comissão eleitoral fornecerá, aos fiscais de votação e de apuração, credencial contendo o nome do fiscal e o local para o qual foi indicado.

Parágrafo Único – Será obrigatório o uso da credencial pelo fiscal.

Art. 45 – Apenas 01 (um) fiscal de cada candidato poderá permanecer na seção de votação.

Art. 46 – A ausência de fiscais não impedirá a mesa de iniciar ou dar continuidade aos trabalhos.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-  
RIO-GRANDENSE  
CÂMPUS SAPIRANGA  
PROCESSO ELEITORAL**



Art. 47 – A atribuição dos fiscais é observar o encaminhamento da eleição, garantindo a não interferência de estranhos, ou da mesa, capazes de comprometer a ética e moralidade do processo, podendo, ainda, exigir, ao secretário da seção, o registro em ata de ocorrências verificadas.

**TÍTULO X  
Da Apuração**

Art. 48 – A comissão eleitoral iniciará a apuração imediatamente após o término da votação.

§ 1º – A apuração será efetuada em local previamente definido pela comissão eleitoral.

§ 2º – Iniciada a apuração, os trabalhos não serão interrompidos.

§ 3º – A apuração será efetuada em separado, por segmento.

§ 4º – As cédulas oficiais, depois de abertas, serão lidas em voz alta por um dos apuradores, cabendo-lhes assinalar, na face da cédula em branco, a expressão “BRANCO” e na face da cédula que for anulada a expressão “NULO”.

§ 5º – Ao final da apuração de todos os votos de um segmento, serão extraídos os totais de votos por candidato no segmento.

Art. 49 – Se houver divergência entre o número de cédulas constantes na urna e o número de votantes que assinaram a lista nominal de votação na respectiva seção, predominará o número de votos na urna.

Parágrafo Único – Se este critério decidir o resultado da eleição, os votos da urna em questão serão anulados e será refeito o processo eleitoral nesta seção no segmento correspondente.

Art. 50 – Serão consideradas nulas as cédulas que:

- a) não estiverem devidamente rubricadas pelos mesários;
- b) contiverem indicações de mais de um candidato;
- c) registrarem indicação de nomes não regularmente inscritos;
- d) contiverem expressões, frases, sinais ou quaisquer caracteres estranhos ao objetivo do voto;
- e) estiverem assinaladas fora da quadrícula própria.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-  
RIO-GRANDENSE  
CÂMPUS SAPIRANGA  
PROCESSO ELEITORAL**



Art. 51 – A apuração será coordenada pela comissão eleitoral que, através de seu presidente, divulgará o resultado e o publicará.

§ 1º – Se houver recurso, a homologação ocorrerá somente após sua análise.

§ 2º – Para fins de desempate prevalecerão, sucessivamente, os seguintes critérios:

I – maior tempo de efetivo exercício na Instituição;

II – maior idade;

III – maior número de filhos registrados.

Art. 52 – O presidente da comissão eleitoral presidirá os trabalhos de apuração, podendo, no caso de impedimento, ser substituído pelo vice-presidente e, no impedimento deste, por outro membro da comissão, escolhido entre seus integrantes.

## **TÍTULO XI Dos Recursos**

Art. 53 – Os pedidos de reconsideração e impugnação, devidamente fundamentados, serão recebidos pela comissão eleitoral no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contando da ocorrência do ato que lhe deu origem.

Art. 54 – As decisões da comissão eleitoral, no que se refere ao artigo anterior, deverão ser fundamentadas, sob pena de nulidade, e comunicadas aos interessados no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contando do seu recebimento.

## **TÍTULO XII Das Disposições**

Art. 55 – A regulamentação dos debates, os modelos de cédulas, bem como toda a documentação necessária aos mesários e escrutinadores, serão elaborados e apresentados à comunidade após a homologação das candidaturas.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-  
RIO-GRANDENSE  
CÂMPUS SAPIRANGA  
PROCESSO ELEITORAL**



Art. 56 – Caso haja necessidade de alteração do calendário, as datas definidas neste regulamento estarão em conformidade com o novo calendário proposto.

Art. 57 – Este Regulamento entrará em vigor a partir da data de sua publicação e será afixado em locais públicos do Instituto Federal Sul-rio-grandense do Câmpus Saporanga e disponibilizado em sua página oficial na internet.

Art. 58 – Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela comissão eleitoral.

Saporanga, 13 de julho de 2018.

Juliano Lucas Moreira  
Presidente da comissão eleitoral do Câmpus Saporanga do IFSul



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-  
RIO-GRANDENSE  
CÂMPUS SAPIRANGA  
PROCESSO ELEITORAL



**ANEXO I**

**Cronograma do Processo Eleitoral**

<b>Datasx</b>	<b>Eventos</b>
13/07/2018	Divulgação do regulamento junto à comunidade.
24 a 30/07/2018	Inscrição dos candidatos, entre 9h e 17h.
31/07/2018	Divulgação, até as 9h, dos candidatos inscritos no sítio eletrônico da Instituição, <a href="http://www.sapiranga.ifsul.edu.br/">http://www.sapiranga.ifsul.edu.br/</a> .
01/08/2018	Recebimento de recursos sobre as inscrições, até as 9h.
02/08/2018	Avaliação de recursos e divulgação, até às 17h, da homologação dos candidatos inscritos, no sítio eletrônico da instituição, <a href="http://www.sapiranga.ifsul.edu.br/">http://www.sapiranga.ifsul.edu.br/</a> .
03/08 a 13/08/2018	Período de campanha eleitoral e debates entre os candidatos.
14/08/2018	Indicação de fiscais, entre 9h e 17h.
15/08/2018	Votação em primeiro turno, entre 9h e 21h30min.
16/08/2018	Apuração dos votos e divulgação do resultado final, até às 9h, no sítio eletrônico da Instituição, <a href="http://www.sapiranga.ifsul.edu.br/">http://www.sapiranga.ifsul.edu.br/</a> .
17/08/2018	Recebimento de recursos do resultado final, até as 9h.
20/08/2018	Avaliação de recursos e homologação, até às 9h, da lista final de candidatos inscritos, no sítio eletrônico da Instituição, <a href="http://www.sapiranga.ifsul.edu.br/">http://www.sapiranga.ifsul.edu.br/</a> .
20/08 a 21/08/2018	Período de campanha eleitoral (segundo turno).
22/08/2018	Votação em segundo turno, entre 9h e 21h30min.
23/08/2018	Apuração dos votos e divulgação do resultado final, até as 9h, no sítio eletrônico da Instituição, <a href="http://www.sapiranga.ifsul.edu.br/">http://www.sapiranga.ifsul.edu.br/</a> .
24/08/2018	Recebimento de recursos do resultado final (segundo turno), até as 9h.
27/08/2018	Avaliação de recursos e homologação, até as 9h, do resultado final, no sítio eletrônico da Instituição, <a href="http://www.sapiranga.ifsul.edu.br/">http://www.sapiranga.ifsul.edu.br/</a> .



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-  
RIO-GRANDENSE  
CÂMPUS SAPIRANGA  
PROCESSO ELEITORAL



**ANEXO II**

**FICHA DE INSCRIÇÃO PARA CANDIDATURA AO CARGO DE DIRETOR-GERAL  
DO CÂMPUS SAPIRANGA**

Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_, venho requerer, junto à Comissão de Organização Eleitoral do Câmpus Sapiiranga do IFSul, a minha inscrição como candidato ao cargo de Diretor-Geral, para o período de 2018 a 2021. Declaro estar ciente das normas e procedimentos constantes no “**REGULAMENTO DE ELEIÇÃO PARA O CARGO DE DIRETOR-GERAL DO CÂMPUS SAPIRANGA PARA O PERÍODO DE 2018/2021**”.

**Documentos entregues**

	Atestado de vínculo expedido pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas ou protocolo de solicitação.
	Título de doutor.
	Comprovante de posicionamento nas classes IV ou titular do Magistério EBTT.
	Comprovante de exercício em cargo ou função de gestão na instituição.
	Certificado de curso de formação para o exercício de cargo ou função de gestão em instituições da administração pública.

**Nome que deseja ser identificado na cédula de votação:** \_\_\_\_\_

Sapiiranga, RS, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Horário: \_\_h\_\_min.

Assinatura do Candidato

Responsável pela inscrição

.....  
**COMPROVANTE DE REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO**

Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

Declaro que o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_ requereu sua inscrição como candidato(a) ao cargo de Diretor-Geral do Câmpus Sapiiranga do IFSul perante a COE Local e apresentou os documentos exigidos no regulamento.

Sapiiranga, RS, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Horário: \_\_h\_\_min.

\_\_\_\_\_  
Responsável pela inscrição